



**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**RENATO RUBENS AMARAL MARQUES FILHO**

**A INVALIDADE DO CRIME DE DESACATO COMO FORMA DE  
POLÍTICA GARANTISTA PROMOVIDA PELO PODER JUDICIÁRIO**

Brasília - DF  
2017

**RENATO RUBENS AMARAL MARQUES FILHO**

**A INVALIDADE DO CRIME DE DESACATO COMO FORMA DE  
POLÍTICA GARANTISTA PROMOVIDA PELO PODER JUDICIÁRIO**

Artigo apresentado à Faculdade Unyleya  
como requisito parcial para obtenção do  
título de especialista em “Direito Penal e  
Processual Penal” sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> Fabiana Oliveira Beda Macêdo.

Brasília - DF  
2017

*A Deus, guardião dos meus sonhos e  
sucessos, à minha família pelo suporte  
diário e ao meu amor, Juliana,  
companheira para toda vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus quem me permitiu concluir com êxito mais esta passagem.

A esta faculdade por me ofertar o curso pelo qual tive incomensurável aprendizado e reflexões.

A minha orientadora, prof. <sup>a</sup> Fabiana Oliveira Beda Macêdo, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube e pelas suas correções.

A prof. <sup>a</sup> Paula Nunan pelos incentivos, críticas e elogios durante todo o curso.

*"I have learned that a man has the right to look down on another only when he has to help the other get to his feet".*

*(Johnny Welch)*

## RESUMO

O artigo aborda o tema da invalidação no ordenamento jurídico do delito de desacato pelo Poder Judiciário, delineado por reflexões trazidas nos diálogos que fundamentaram os lados opostos dessa celeuma. Com o escopo de identificar os atores e seus discursos político-criminais, o estudo apresentou a verificação de incompatibilidade do crime de desacato através de uma visão garantista do STJ e do controle de convencionalidade ao ter como parâmetro a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Esse enredo constitui-se pela análise bibliográfica do livro “Desacato”, do autor Lélío Braga Calhau, de 2004, em conjunto com o Recurso Especial nº 1.640.084/SP. No segundo item, o conteúdo restringiu-se a estruturar o delito de desacato pelos contornos do direito penal. O terceiro item propôs identificar os argumentos jurídicos em defesa da continuação do desacato como crime. No quarto item, o conteúdo apresentou as considerações contrárias do item anterior. Já o quinto item consistiu em refletir sobre o papel do direito penal na sociedade brasileira para então confrontar a decisão trazida pelo Poder Judiciário e, nesse cenário, apresenta nova saída jurídica possível. Por fim, a pesquisa elegeu a figura humana como causadora principal da invalidade jurídica e social do desacato como ilícito penal.

**Palavras-chave:** desacato; invalidade; convencionalidade; político-criminal; garantista.

## ABSTRACT

The article deals with the question of invalidation in the legal system of the crime of contempt by the Judiciary, delineated by reflections brought in the dialogues that based the opposite sides of this excitement. With the scope of identifying the actors and their political-criminal speeches, the study presented the verification of incompatibility in the crime of contempt of authority through a "STJ" 's guarantor view and by controlling conventionality by having as a parameter, the American Convention on Human Rights. This plot is constituted by the bibliographical analysis of the book "Desacato", by the author Lélío Braga Calhau, 2004, together with the "Recurso Especial" nº 1.640.084/SP. In the second item, the content was restricted to structuring the offense of contempt by the contours of criminal law. The third item proposed to identify the legal arguments in defense of the continuation of contempt as a crime. In the fourth item, the content presented the opposite considerations of the previous item. The fifth item was written to reflect on the role of criminal law in Brazilian society and then confront the decision brought by the Judiciary and, in this scenario, presents new possible legal output. Finally, the research chose the human figure as the main cause of the legal and social invalidity of contempt as a criminal offense.

**Keywords:** contempt; invalidation; conventionality; political-criminal; guarantor.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 CONFIGURAÇÃO PENAL DO CRIME DE DESACATO.....</b>	<b>9</b>
<b>3 DEFESA PELA MANUNTEÇÃO DO CRIME DE DESACATO.....</b>	<b>14</b>
<b>4 DEFESA PELA INVALIDAÇÃO DO CRIME DE DESACATO.....</b>	<b>17</b>
<b>5 ANÁLISE SÓCIO-JÚRICA DO CRIME DE DESACATO.....</b>	<b>23</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>29</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A origem da escolha do tema deste artigo científico baseou-se na notícia postada pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 15/12/2016 sobre o Recurso Especial (REsp) nº 1.640.084/SP cuja matéria trazia o seguinte título: “Quinta Turma descriminaliza desacato à autoridade”<sup>1</sup>. Essa manchete motivou o surgimento de inquietações a respeito de como o Poder Judiciário e o Ministério Público (MP) se portaram frente às questões que se concentram em torno da problemática jurídica anacrônica entre o tempo de legiferação da lei e o tempo dinâmico das mudanças de organização e de comportamento da sociedade, em específico, no crime de desacato. Explica-se, os conflitos e interesses sociais surgem com maior velocidade do que leis são criadas para regulamentá-los, nesse descompasso ocorre um limbo temporal e jurídico que fomenta complexidades como essa entre a defasagem do delito de desacato e os novos parâmetros de direitos humanos pertinentes a toda sociedade.

A partir disso, o problema do presente trabalho consiste detidamente sobre a análise de como ocorreu o processo de escolha político-criminal da invalidade do delito do desacato pelo Poder Judiciário. Especifica-se: sob quais circunstâncias político-jurídicas e anseios sociais o crime do artigo 331 do Código Penal brasileiro perdeu sua validade pela decisão do STJ?

Para encontrar respostas a metodologia será composta de: objetivo explicativo, por pretender mapear as teses e argumentações utilizadas para destipificar o crime de desacato; procedimentos de coleta e fontes de informação bibliográfica do livro “Desacato” do autor Lélío Braga Calhau cujo objetivo será o de trazer os contornos sobre a origem, a natureza e os aspectos atuais que cercam o crime em comento, somado à coleta documental da apelação, do parecer e do acórdão do recurso especial de um caso concreto, com ênfase nos diferentes pontos de vistas jurídicos das partes envolvidas no processo; natureza de abordagem qualitativa, na medida em que privilegiar-se-á o estudo aprofundado do embate entre os diálogos jurídicos presentes para identificar a fundo quais foram as reais motivações existentes nesse procedimento de invalidação criminal.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunicação/noticias/Not%C3%ADcias/Quinta-Turma-descriminaliza-desacato-a-autoridade](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Not%C3%ADcias/Quinta-Turma-descriminaliza-desacato-a-autoridade)>. Acesso em: 08 jan. 2017.

De um lado está quem defende a exclusão do crime de desacato do ordenamento jurídico brasileiro – o STJ, o MP e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); do outro lado está o escritor e membro do MP de Belo Horizonte, Lélío Braga Calhau, e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que, em sede de apelação, entendeu que o crime de desacato deve permanecer no ordenamentocriminal. Com esses elementos, o trabalho científico está desenvolvido em 4 itens: o item 2 delineará as características históricas e atuais do crime, bem como o seu alcance social segundo o autor Lélío Braga Calhau, tendo em vista a dificuldade do enquadramento correto da conduta; no item 3 serão expostas argumentações e razões com que se sustenta a manutenção do delito na lei; já no item 4 será apresentado o lado oposto: a defesa pelo fim do crime em análise; e no item 5 tem-se uma análise lógico-dedutiva dos itens anteriores sobre como se deu a formação dos discursos, bem como sua projeção na sociedade brasileira.

Nesse cenário, tal problematização mostra-se pertinente tanto para os cidadãos quanto para os operadores do direito a fim de compreenderem como o Poder Judiciário atuou nesse caso e sob quais alegações jurídico-políticas se utilizaram para que uma infração penal tipificada em lei se tornasse inválida no ordenamento jurídico brasileiro, sem que para isso uma lei ulterior a revogasse.

## 2 CONFIGURAÇÃO PENAL DO CRIME DE DESACATO

O intuito deste item é traçar um panorama geral e ontológico sobre o crime de desacato por meio da leitura e análise bibliográfica do livro “Desacato” do autor Lélío Braga Calhau, membro do MP. Sem a prepotência de esgotar os aspectos controvertidos sobre o assunto, o fulcro principal neste momento será abordar pormenorizadamente a teoria fundamental e, de forma objetiva e clara, os limites da aplicação do delito em questão, não obstante divergências doutrinárias e jurisprudências.

De início cabe traçar os antecedentes históricos para construir um inicial entendimento sobre as razões de ser da criação do delito de desacato, o que não necessariamente representarão os mesmos motivos para os quais hodiernamente esse delito se mantém na legislação vigente. Sobre a justificação inicial para a penalização de condutas ofensivas a representantes do Estado, antes da criação do delito de desacato propriamente dito, tinha-se que: Na Idade antiga, “embora sem o caráter genérico com que modernamente se apresenta, remonta a antiguidade romana o interesse legal pela salvaguarda da indenidade corporal e moral dos depositários da autoridade pública” (NORONHA, 1995 *apud* CALHAU, 2004, p. 21). Nesse mesmo sentido, Calhau (2004, pg. 21) complementa:

Magalhães Noronha registra que a origem do delito se encontra no fato de se considerarem qualificadas as injúrias e ofensas para certas categorias de pessoas, como acontecia em Roma, quando as respectivas penas eram majoradas se cometidas contra magistrados.

No direito romano, aos magistrados eram devidos honroso tratamento porquanto faziam parte de uma categoria especial de representação do Estado, a ponto de uma ofensa a eles serem tomadas como uma injúria qualificada, chamada de “*injuria atrox*”.

Na Idade Média, o cenário se perpetuava na figura da “*injuria atrox*” a magistrados e sacerdotes:

Verifica-se, ainda, que surgiu entre os práticos a controvérsia sobre se a tutela penal deveria recair também sobre o delito perpetrado contra o magistrado que não estivesse no exercício das suas funções e na hipótese

de que as ofensas não tivessem relação com o exercício funcional (PRADO, 2001 *apud* CALHAU, 2004, p. 22).

Assim, parte deles consideravam que a função jurisdicional acompanharia a pessoa do juiz integralmente, independentemente de a ofensa ter sido proferida em momento público ou privado.

Já na Idade Moderna, com contribuições jurídicas das Ordenações Filipinas, entendia-se que as ofensas feitas a julgadores e oficiais fossem julgadas pelo próprio ofendido caso tivesse sido realizada por razão de seu ofício, o que causava uma clara parcialidade na decisão e acúmulo de papéis por motivo do sujeito passivo do crime ter competência para julgar seu próprio caso. Nessa época, o Estado, em especial o brasileiro, adotou a ampliação da proteção contra ofensas aos servidores do Estado, todos os funcionários que estivessem no exercício da função ou em razão dela, são de fato representantes do governo e atuam como se Estado fosse. Nesse sentido, manifestar-se de forma a ferir a honra desses trabalhadores públicos representava ofensa à ordem pública e à paz social, na medida em que o Estado categoricamente simboliza seus administrados e, assim, esses indiretamente também estariam recebendo tais ofensas.

Na idade contemporânea, o desacato na legislação brasileira obteve a seguinte trajetória conceitual, como informa Calhau (2004), o Código Criminal do Império de 1830 prescrevia o ato de desacatar como uma derivação do crime de injúria; já o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890 foi pioneiro em dar autonomia ao crime de desacato em seu artigo 134, que estava disposto no Título II (Dos crimes contra a segurança interna da república), no Capítulo V (Desacato e desobediência às autoridades). Seguindo, a Exposição de Motivos do Código Penal de 1940, Código vigente, adicionou amplitude à circunscrição do crime de desacato ao dizer que além do crime estar presente quando do momento das atividades funcionais do representante do Estado, deve-se imputar o crime nas situações em que apesar de fora das funções o funcionário tenha sido desacatado devido suas funções estatais, alcance esse que remonta ao entendimento trazido originariamente na Idade Média.

Atualmente o Código Penal (CP) brasileiro assim estabelece: “Art. 331- Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa” (BRASIL, 1940, p. 74). Crime esse contido no Título XI (Dos crimes contra a administração pública) do Capítulo II (Dos

crimes praticados por particular contra a administração em geral). De início cabe salientar que o crime de desacato está inserido na classificação de “infração de menor potencial ofensivo” porque a pena máxima cominada do tipo, em abstrato, é de até dois anos ou multa e, por esse motivo, a competência para julgar esse crime é dos juizados especiais.

Parte-se agora para a análise jurídico-legal do crime em comento para melhor definição e entendimento no ordenamento jurídico penal brasileiro: o bem jurídico a ser protegido pela criminalização dessa conduta é o interesse em assegurar o normal funcionamento do Estado além de proteger o exercício da função pública. Ora, o Direito Penal como matéria caracterizada por sua fragmentariedade e intervenção mínima, viu-se no dever de tutelar o prestígio e o decoro das relações existentes entre o administrado e a Administração, personificada pelos seus agentes públicos; dessa maneira, a proteção se insurge primordialmente pela importância social de toda e qualquer função pública e menos pela própria pessoa ofendida que está representando o Estado.

O delito do desacato também é classificado como crime comum porquanto o sujeito ativo – agente realizador da conduta tipificada - pode ser qualquer pessoa. Calhau (2004) informa que há três correntes no Brasil para responder quando o sujeito ativo é também um funcionário público: 1- entende não abranger a situação em que um funcionário público desacate seu par, a menos que a situação sugira que o agente não esteja na qualidade de funcionário público; 2- entende que apenas poderá ocorrer essa hipótese caso o sujeito ativo seja inferior hierárquico do ofendido; 3- entende que tanto o inferior quanto o superior hierárquico, no uso da função poderá incorrer no crime de desacato. O STJ, com entendimento contemporâneo e equânime, sustenta que não se valora a qualificação do sujeito ativo uma vez que o crime de desacato é comum ou geral, a identidade funcional do agente é indiferente para sua imputação.

O sujeito passivo do crime de desacato é o Estado, diretamente e, indiretamente, em ato reflexo, é o funcionário público. Tanto o título quanto o capítulo em que se insere o crime do artigo 331 do CP informam ser o injusto contra a Administração, o que confirma esse entendimento pela tutela imediata ao Estado e mediata ao funcionário público. O art. 331 do CP pode ser classificado como tipo penal em branco porque sua leitura não é precisa a ponto de não precisar de nenhum complemento; de fato, o termo “funcionário público” presente no art. 331 é

uma figura que precisa de definição e, no caso, ela veio no próprio Código Penal, o que a classifica como homogênea ou imprópria:

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. § 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública (BRASIL, 1940, p. 73).

O nexo causal é conceituado como: “[...] aquele elo necessário que une a conduta praticada pelo agente ao resultado por ele produzido. Se não houver esse vínculo que liga o resultado à conduta levada a efeito pelo agente, não se pode falar em relação de causalidade [...]” (GRECO, 2003 *apud* CALHAU, 2004, p. 44-45). Assim, o elo causal no crime de desacato é verificado quando o sujeito passivo profere ofensa que o funcionário público toma conhecimento de imediato, pois caso o ofendido não esteja presente ou não tome ciência de pronto, o crime deixa de ser o de desacato e torna-se uma das espécies de crime contra a honra (injúria, difamação, calúnia) e na forma majorada, devido à natureza funcional do ofendido.

O objeto material de um crime é, em termos simples, a pessoa ou a coisa sobre a qual a conduta se tipifica, em específico, o objeto material do delito de desacato é a pessoa do ofendido que é determinada pela redação do art. 331 pelo termo “desacatar funcionário público”, ou seja, a ação ou conduta é suportada pelo funcionário do Estado, sabendo o agente dessa condição.

Se o tipo objetivo do crime pode ser entendido como a conduta propriamente dita, no desacato observando-se que o núcleo do tipo penal é o verbo “desacatar”, seria, portanto, o ato do agente de menosprezar ou humilhar o funcionário público por meio de gestos, gritos, palavras ou de qualquer outro modo se avilte contra o ofendido e, para isso, não é necessário que este se sinta ofendido como no crime de injúria.

A ofensa constitutiva do desacato é qualquer palavra ou ato que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao funcionário. É a grosseira falta de acatamento, podendo consistir em palavras injuriosas, difamatórias ou caluniosas, vias de fato, agressão físicas, ameaças, gestos obscenos, gritos agudos, etc (CALHAU, 2004, p. 48).

Já o tipo subjetivo do crime refere-se à vontade do agente em produzir o resultado. No caso, o ofensor deve ter a volitividade de afrontar a função pública

exercida pelo ofendido, uma das formas do tipo subjetivo não se perfazer seria por meio de manifestações de revolta espontânea ou produto de desabafo. Em decorrência disso, é essencial que haja análise das condições individuais do sujeito ativo e das circunstâncias para que o enquadramento da conduta ao tipo penal tenha perfeita congruência, sob pena de ser cometido injustiças no caso concreto. Exemplificando: um cidadão que tenha sotaque carregado de alta entonação que possa parecer exaltação de voz, na verdade, seria o jeito normal e usual com que ele trata qualquer semelhante e, daí, mereceria um menor rigor ao analisar sua conduta.

De forma sumária, a forma omissiva do ilícito penal não se verifica na medida em que seria de difícil caracterização haver um desacato por ausência de ação por parte do agente. No mesmo sentido, a tentativa não faz parte do tipo penal em comento, ao constatar que ocorre tentativa quando o agente reproduz todos os atos necessários para constituir o resultado, não se perfazendo por motivos alheios a sua vontade. Assim, o crime acontece por uma ação única do sujeito ativo e na presença do sujeito passivo, sendo impensável que nesses termos a falta do devido respeito não seja efetiva por circunstâncias alheias.

Destarte, nem a modalidade culposa, nem a retração são passíveis de existirem, a primeira porque a infração penal apenas ocorre caso haja vontade e consciência do agente, na segunda, não se permite vislumbre porque a instantaneidade da conduta de desprezar o funcionário público atinge primeiramente o Estado e, por se tratar de crime de ação pública incondicionada, independe da vontade do ofendido em aceitar a retratação.

### 3 DEFESA PELA MANUNTEÇÃO DO CRIME DE DESACATO

Neste item o objetivo principal será o de delinear as discussões pela defesa da manutenção do crime do desacato no ordenamento jurídico brasileiro, com destaque pelo exposto na Apelação nº 0000422-34.2012.8.26.0590 do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), da Comarca de São Vicente, em que é apelante Alex Carlos Gomes e é apelado o Ministério Público do Estado de São Paulo, sem que para isso seja necessário entrar no mérito do caso concreto da lide em apreço. O acórdão do TJSP de relatoria do Excelentíssimo Desembargador Luiz Toloza Neto obteve unanimidade no sentido de negar provimento, em específico, ao pedido de derrogação do crime de desacato, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau.

Nas razões do acórdão em destaque, ao enquadrar as condutas do apelante ao insultar policiais militares, uma vez que foi comprovado nos autos que realmente ocorreram desprestígio e afronta a esses funcionários públicos no exercício de suas profissões, entendeu-se que a condenação por desacato se deu corretamente na instância de primeiro grau. Como já exposto, a simples ofensa proferida pelo apelante é suficiente para a tipificação do delito de desacato.

Ademais, o voto do relator afastou a tese de que a Constituição Federal de 1988 não teria recepcionado o delito de desacato de forma explícita ou implícita, bem como não acatou o entendimento da defesa de que o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), ou famigerado Pacto de San José da Costa Rica, teria tido força para revogar o delito em questão e que para tanto seria necessário a criação de lei que abolisse o crime de desacato. Eis a redação do art. 13 da CADH:

Artigo 13 - Liberdade de pensamento e de expressão: 1- Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. 2- O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar: a) o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da



moral publicas. [...] (OEA, PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 1969, p.5).

Nas palavras do Relator Luiz Toloza Neto:

Da análise de tal dispositivo, é possível concluir, com segurança, que a do legislador foi a de permitir que o exercício do direito não se sujeite à censura prévia, incluindo a liberdade de procurar, receber, difundir informações e ideias de qualquer natureza. Não criou, contudo, uma incompatibilidade absoluta com o delito de desacato, uma vez que não se permite a ofensa e humilhação gratuita a funcionários públicos, o que ocorreu no caso dos autos, quando o apelante insultou os policiais militares (SÃO PAULO, 2015, fls. 10-11).

Ao analisar o disposto acima, o relator mostrou entender que a leitura do artigo 13 da CADH não invalida nem arrefece a criminalização do desacato, certo de que a ofensa ou humilhação ao funcionário público não estariam englobadas pela liberdade de pensamento e de expressão. No mesmo sentido, o Exmo. Desembargador sustenta que o crime de desacato não é uma censura prévia à manifestação do agente porquanto o tipo penal sanciona o ato de desacatar através de responsabilidade ulterior à conduta prevista em lei, ou seja, primeiro ocorre a ação de expressar o pensamento e, ocorrendo a qualificação em injusto penal, então será passível de punição; caso não haja a configuração do crime, a liberdade de expressão e de pensamento terá sido exercida plenamente. Outrossim:

[...] da liberdade de expressão e difusão dos pensamentos, ideias e opiniões nasce consequentemente o direito à crítica política e administrativa, entendida como direito a ser exercido pelos cidadãos como uma função fiscalizadora da obra dos organismos de governo. Ela se apresenta assim com uma dupla vertente, como componente do direito à informação e como opção individual da pessoa em um Estado Democrático, absolutamente necessário para a autêntica participação política (CUEVA, 1981*apud* CALHAU, 2004, p. 24).

De forma que o terreno em que a liberdade de expressão e de pensamento ocupa não é coabitado pela falta do devido respeito ou afronta ao funcionário do Estado, a luta pelo direito de manifestação de ideias e opiniões não pode transpassar a deliberação legislativa penal em punir quem menospreze a função pública personificada por outro cidadão, sob pena de que, com o exercício ilimitado da liberdade de expressão, haja desmedida crítica e declarações que encintem o menosprezo social à atuação do funcionário público.

A defesa pela continuidade do crime de desacato no ordenamento brasileiro também é vista como necessária por Calhau, como mostra o seguinte trecho do seu livro:

Nesse contexto, a criminalização do desacato deve ocorrer em um ponto de equilíbrio, de forma que preserve os interesses da Administração Pública (e consequentemente da honra de seus funcionários), mas que, ao mesmo tempo, não coíba de forma indevida e excessiva a liberdade de expressão (e o consequente direito fiscalizatório da crítica aos atos do Estado) dos cidadãos (CALHAU, 2004, p. 24).

Tamanha é a legitimidade do delito em apreço que, através de uma lógica penalista o mesmo autor chega a seguinte constatação:

O desacato reveste-se de característica similar ao crime de injúria, diferenciando-se desse quanto ao sujeito passivo, o qual, ao invés de ser uma pessoa qualquer (na injúria), é alguém que está investido num ofício público, representado a *longa manus* da administração pública (CALHAU, 2004, p. 43).

Dessarte, Calhau sintetiza com clareza e objetividade os argumentos que embasam a defesa pelo afastamento do pretense conflito aparente entre a liberdade de expressão e a existência do crime de desacato. Nas considerações finais do seu livro, o autor alerta para o seguinte fato:

O delito de desacato é de grande importância para a própria manutenção da Administração Pública. Existe interesse público primário, no sentido de que os funcionários públicos sejam respeitados no exercício ou em razão das funções que ocupam. Pelo contrário, não haveria como o Estado cumprir devidamente as suas atividades, pois sempre existiriam aqueles que, com interesses jurídicos resistidos, poderiam querer tumultuar as ações da Administração, passando a atacar as pessoas de seus representantes legais (CALHAU, 2004, p. 107).

## 4 DEFESA PELA INVALIDAÇÃO DO CRIME DE DESACATO

Em sede de Recurso Especial de nº 1.640.084/SP, no STJ, a começar pelo parecer do MP, as argumentações a favor do fim crime de desacato na legislação penal brasileira serão aqui expostas. De início, encontra-se a menção ao posicionamento da CIDH pela incompatibilidade do crime de desacato pela CADH: “Na colisão entre normas de direito interno e previsões da CADH, as regras de interpretação nela previstas (art. 29) determinaram a prevalência da norma do tratado” (BRASIL, PARECER, 2016, p.2). O artigo mencionado acima prescreve:

Artigo 29 - Normas de interpretação: Nenhuma disposição da presente Convenção pode ser interpretada no sentido de: a) permitir a qualquer dos Estados-partes, grupo ou indivíduo, suprimir o gozo e o exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista; b) limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos Estados-partes ou em virtude de Convenções em que seja parte um dos referidos Estados; c) excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; d) excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza (OEA, PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 1969, p. 9-10).

Nesses termos, pela consonância entre o art. 13 e o art. 29 da CADH, a CIDH defende o fim da permanência do crime de desacato em qualquer ordenamento jurídico, pois feriria o gozo do direito de liberdade de expressão e pensamento. Igualmente, a CIDH deliberou pela “Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão”, que estabeleceu:

11. Os funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como ‘leis de desacato’, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação (BRASIL, PARECER, 2016, p.8).

O MP coadunando com o entendimento da CIDH, além de citar o art. 13 da CADH, também enumera o art. 7º, item 2, como argumentação defensiva: “Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis

de acordo com elas promulgadas” (OEA, PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 1969, p.3).

Nessa mesma linha, o parecer do MP adiciona:

A fundamentação adotada, em síntese, é a de que as leis de desacato: a) tem se prestado a silenciar ideias e opiniões impopulares, reprimindo o direito ao debate crítico, instituto indispensável ao efetivo funcionamento das instituições democráticas; b) conferem um maior nível de proteção aos funcionários públicos do que com relação aos cidadãos, contrariando o sistema democrático que submete o Governo ao controle popular e não o contrário, e permitindo que os funcionários pratiquem abuso de seus poderes coercitivos; c) inibem as críticas, pelo temor do cidadão de que venha a responder à ações judiciais ou a sanções, restringindo assim a liberdade de pensamento e de expressão; d) existem outras formas, menos restritivas, de o Governo defender a sua reputação diante de ataques infundados, como o exercício da réplica por intermédio dos meios de comunicação ou o ajuizamento de ações cíveis por difamação ou injúria (BRASIL, PARECER, 2016, p.8).

Nesse cenário, o MP fundamenta seu entendimento no sentido de que a presença do delito de desacato é uma contraposição ao Estado Democrático; gera um desequilíbrio entre o cidadão e o funcionário público; fomenta o abuso de autoridade por parte dos representantes do Estado; silencia a opinião e a crítica do administrado; serve como manobra de controle social. Além disso, embora interpretações modernas busquem afastar a tipicidade do delito de desacato quando da falta do devido respeito resulta de reclamação ou crítica à atuação funcional do agente público, “o esforço intelectual de discernir censura de insulto à dignidade da função exercida em nome do Estado é por demais complexo, abrindo espaço para a imposição abusiva do poder punitivo estatal”(BRASIL, PARECER, 2016, p. 15).

Sob um ponto de vista legiferante, o *Parquet* sustenta pela omissão legislativa ao entender pelo descumprimento ao art. 2º da CADH:

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades (OEA, PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 1969, p.2).

Desse modo, o MP observa que a infração penal do desacato deveria sofrer revogação por lei ou ao menos interpretação favorável pela prevalência da CADH por colidir com os princípios e direitos trazidos por ela e pela própria Constituição

Federal. No parecer do MP, menciona-se também que a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto do Novo Código Penal aprovou, por maioria dos votos, por sugerir pela revogação do delito de desacato devido a sua incompatibilidade com a CADH.

Simultaneamente a esses posicionamentos a favor do fim do crime do desacato, cabe dissertar sobre a posição no ordenamento do Brasil como um dos países signatários da CADH, caracteriza-se como tratado internacional de direitos humanos. O § 2º do art.5 da Magna Carta assim estabelece: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988, p.6). Em complementação, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou posicionamento - Recurso Extraordinário nº 466.343 - no sentido de reconhecer natureza supralegal a esses tratados internacionais cuja matéria seja de direitos humanos e não vigore no ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional. Portanto, com a identidade supralegal da CADH, ela possui força hierárquica maior que o Código Penal brasileiro e seu artigo 331.

Em proclamação final de julgamento, a Quinta Turma do STJ, por unanimidade, promoveu o acórdão com o seguinte cenário abaixo em análise, através do voto do Relator Exmo. Sr. Ministro Ribeiro Dantas no Recurso Especial nº 1.640.084/SP. O argumento principal do STJ foi de que, corroborando com a defesa da tese de derrogação do crime de desacato no parecer do MP, o crime em discussão sofre de invalidade conquanto seu dispositivo esteja localizado no artigo 331 do CP; seu tipo pena está em contrariedade aos ditames contemplados pela CADH e, sendo esta uma lei supralegal, apesar de não revogar o delito, paralisaria sua eficácia normativa. Essa invalidade imposta por tratado internacional de direitos humanos é conferida por um tratamento de controle de convencionalidade das normas jurídicas internas para serem aplicadas aos casos concretos.

Nesse sentido, entende-se que o controle de convencionalidade (ou o de supralegalidade) deve ser exercido pelos órgãos da justiça nacional relativamente aos tratados aos quais o país se encontra vinculado. Trata-se de adaptar ou conformar os atos ou leis internas aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado, que criam para estes deveres no plano internacional com reflexos práticos no plano do seu direito interno. Doravante, não somente os tribunais internacionais (ou supranacionais) devem realizar esse tipo de controle, mas também os tribunais internos. O

fato de serem os tratados internacionais (notadamente os de direitos humanos) imediatamente aplicáveis no âmbito do direito doméstico, garante a legitimidade dos controles de convencionalidade e de suprallegalidade das leis no Brasil (MAZZUOLI, 2011 apud BRASIL, RECURSO ESPECIAL, 2016, p.11).

Nesse cenário, a própria CIDH ratificou esse entendimento ao exigir do Poder Judiciário de cada país signatário o exercício do controle de convencionalidade.

A Quinta Turma do STJ firmou entendimento no sentido de que não há necessidade de *abolitio criminis* no delito de desacato para que o Poder Judiciário sustente sua invalidade dentro do ordenamento jurídico pátrio.

(Outrossim), a adesão ao Pacto de São José significa a transposição, para a ordem jurídica interna, de critérios recíprocos de interpretação, sob pena de negação da universalidade dos valores insertos nos direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos. Assim, o método hermenêutico mais adequado à concretização da liberdade de expressão reside no postulado *pro homine*, composto de dois princípios de proteção de direitos: a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos (BRASIL, RECURSO ESPECIAL, 2016, p. 4).

De certo que aqui se entende que o cidadão merece maiores cuidados do que o representante do Estado; a interpretação da lei deve possuir a finalidade de garantir a liberdade do indivíduo frente inclusive a leis de direito interno que de alguma forma tenha a possibilidade de ferir tais princípios indissociáveis ao ser humano, mostrando um posicionamento e interpretação mais garantista.

O acórdão traz contornos recorrentes da teológica leitura com que a CADH deve ser entendida no Brasil e em contraposição ao espírito do regramento do delito do desacato: “A criminalização do desacato está na contramão do humanismo, porque ressalta a preponderância do Estado – personificado em seus agentes – sobre o indivíduo” (BRASIL, RECURSO ESPECIAL, 2016, p.4). Nesse sentido, a defesa do STJ é baseada na hipossuficiência do cidadão em relação ao Estado, aquele, portanto, é merecedor de proteção legal e, quando não suficiente, de interpretação universalmente humanista e de salvaguarda contra os desmandos e abusos da Administração Pública.

Entendendo o STJ então pelo afastamento da condenação do recorrente pelo crime de desacato, ele assim fornece a seguinte solução para o ato de desacatar funcionário público, em serviço ou em razão dele:

O afastamento da tipificação criminal do desacato não impede a responsabilidade ulterior, civil ou até mesmo de outra figura típica penal (calúnia, injúria, difamação etc.), pela ocorrência de abuso na expressão verbal ou gestual utilizada perante o funcionário público (BRASIL, RECURSO ESPECIAL, 2016, p. 4).

Salutar registrar que:

Na sessão de 4/2/2009, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar, pelo rito do art. 543-C do CPC/1973, o Recurso Especial 914.253/SP, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, adotou o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 466.343/SP, no sentido de que os tratados de direitos humanos, ratificados pelo país, têm força supralegal, 'o que significa dizer que toda lei antagônica às normas emanadas de tratados internacionais sobre direitos humanos é destituída de validade' (BRASIL, PARECER, 2016, p. 9).

Nessa perspectiva, a CADH, com o status de norma supralegal, estando uma vez alinhada à CF, constitui-se como fonte de verificação de validade sobre todo o sistema de normas jurídicas infraconstitucionais brasileiras e cabe ao Poder Judiciário instrumentalizar isso por meio do controle de convencionalidade. "Vale dizer, no controle de convencionalidade, o intérprete deve estar imbuído da premissa de que 'os Estados existem para os humanos e não vice-versa'" (TRINDADE, 2012 *apud* BRASIL, PARECER, 2016, p. 15).

Nesses parâmetros, os argumentos trazidos pelo STJ vão ao encontro da invalidade do delito de desacato como consequência direta do pleno exercício de liberdade de expressão, tornando-se instrumento de controle democrático da sociedade frente às pessoas que têm cargo ou função de natureza de interesse público. Ou, indiretamente, ao censurar a liberdade de expressão e posicionamento do administrado sob ameaça da prisão ou multa do artigo 331 do CP. O acórdão sugere que a hipótese no direito privado de que o cidadão que assume por vontade própria uma posição na sociedade de maior exposição, submete-se a menor privacidade tacitamente e, assim, seria análoga à hipótese do cidadão que se encontra na figura de um agente público; nesses termos, portanto, ao funcionário público deveria ser concedido menor proteção, mas que haja na lei penal lógica inversa ao criminalizar o desacato.

Como nota de registro e pertinência, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão representou ao Procurador-Geral da República pelo peticionamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF pelo fim do crime de desacato, com razões já expostas aqui e inovando ao defender que

países que aderiram livremente tratados internacionais estariam obrigados e dispostos em boa-fé a tentar cumprir seu conteúdo integralmente, no caso a CADH. Nesse mesmo propósito de eliminação do tipo penal do desacato houve o Projeto de Lei nº 4.548/2008, que atualmente se encontra arquivado na Câmara dos Deputados e o Projeto de Lei nº 602/2015, que se encontra em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.



## 5 ANÁLISE SÓCIO-JÚRICA DO CRIME DE DESACATO

Pelo exposto até o presente, tem-se que as seguintes partes estão diretamente envolvidas com a discursão sobre a descriminação do desacato: o cidadão, o Estado, o funcionário público, o Poder Judiciário, o MP e a CIDH. Com esses protagonistas é que o enredo se desenvolve a fim de situar as argumentações político-criminais e jurídicas pertinentes.

Em princípio, constata-se que a política criminal que o Brasil hodiernamente se embasa é eminentemente complexa e paradoxal, explica-se: o Código Penal brasileiro foi promulgado em 1940, não obstante inúmeras modificações construtivas e pertinentes por meio de revogações, interpretações garantistas e leis extravagantes ulteriores tenham sido presenciadas; ao passo que o pensamento jurisprudencial e doutrinário contemporâneo alinha-se à racionalidade dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, do garantismo penal e da Constituição Federal “Cidadã” de 1988.

Nesse cenário, observa-se que quanto maior a desorganização de uma sociedade, maior deverá ser a intervenção do respectivo Estado. Outrossim, o papel do direito penal é sumariamente direcionado pelo princípio da fragmentariedade e da intervenção mínima. Desse modo, o Estado por ter a exclusividade do *jus puniendi*, apresenta-se como condutor de pautas criminais mais duras quanto maior for a entropia de sua sociedade. Já um Estado Democrático de Direito, como é o Brasil, deve não só dispor de leis legitimadas representativamente por seu povo, como se cercar de interpretações da lei fundamentalmente com viés social inclusivo e coletivamente harmônico. O garantismo penal vem para alinhar e concentrar todos esses parâmetros em torno de uma teoria voltada não somente para o direito, mas para a moral: uma dualidade entre a validade jurídica e a justiça social.

Detidamente sobre o crime do desacato, o garantismo penal reserva sintomática crítica: “Para Luigi Ferrajoli, a norma penal não pode ser dúbia a ponto de trazer incertezas sobre o limite da sua aplicação pelo juiz de direito. A existência de crimes excessivamente abertos agride de forma reflexa o princípio da legalidade” (CALHAU, 2004, p. 27-28), aqui ressalta-se a característica de norma penal em branco do crime em questão, sendo que a lei penal deveria ser precisa e sem

condutas vagas, abertas ou lacunosas; o que na prática traz margem a indefinições ou valorações discricionárias do juiz e, conseqüentemente, relativiza o valor probatório das provas possíveis nesse crime em específico.

À pretexto de resguardar o prestígio da Administração Pública, o lado que defende a existência do crime de desacato assim se posiciona:

Todo funcionário público, desde o mais graduado ao mais humilde, é um instrumento da soberana vontade e atuação do Estado. Consagrando-lhe especial proteção, a lei penal visa a resguardar não somente a incolumidade a que tem direito qualquer cidadão, mas também o desempenho normal, a dignidade e o prestígio da função exercida em nome ou por delegação do Estado. Na desincumbência legítima de seu cargo, o funcionário público deve estar a coberto de quaisquer violências ou afrontas (HUNGRIA, 1958 *apud* CALHAU, 2004, p. 21).

Conquanto essas argumentações sejam solidamente inteligíveis, na prática o que ocorre, infelizmente, em muitas das vezes, é que o agente público noticia ter sofrido desacato, mas sem ter analisado corretamente seu enquadramento jurídico e atuando em flagrante o cidadão, acaba por incorrer na verdade em abuso de autoridade contra o administrado, celeuma essa que somente será solucionado na seara judicial, respondendo então a processo administrativo e sendo processado pelo MP por improbidade administrativa com sanção que resultaria na perda do seu cargo. Nesse diapasão, a vítima teria o direito concomitantemente de ingressar com uma ação civil pedindo danos morais.

Forma-se então um impasse pelo surgimento de uma relação putativamente hierárquica - funcionário público acima do indivíduo -, em um contexto que teoricamente deveria ser resolvido pela aplicação individualizada e automática da lei caso ela fosse objetiva e clara. Com efeito, a depender da suscetibilidade psicológica do funcionário público, uma palavra ou um gesto poderia sujeitar o autor a uma longa e tormentosa ação penal, até que um tribunal venha reconhecer que houve arbitrariedade na imputação do crime inicial de desacato.

A CIDH se manifesta no sentido de que as leis de desacato se prestam ao abuso e como meio para silenciar ideias e opiniões dos jurisdicionados, e historicamente falando, de forma geral, a pena era imputada arbitrariamente para esses fins em governos absolutistas ou autoritários: houve registros da utilização do desacato para controlarem a imprensa e a oposição de seus regimes. Contudo, atualmente, a necessidade de tutela penal em volta do funcionário público se mostra

pertinente como também se mostra na presença dos crimes contra a honra (injúria, difamação e calúnia), no âmbito privado; ao analisar a letra da lei do artigo 331 do CP, observa-se que sua natureza provém de semelhante ponto de vista protetivo, apesar de que neste crime há a qualificação obrigatória do sujeito passivo ser um funcionário público. É possível que a criminalização do ato de desacatar ou ações congêneres que o tipifique, mostre-se como uma forma de prevenção do Estado a fim de que esse menosprezo verbal não se direcione para um grau maior de violência, aqui então o Direito Penal entrara em cena para preservar consequências mais graves que poderiam surgir originariamente de um grito, gesto ou verbalizações de desprestígio de menor intensidade para que não se chegasse ao descontrolo violento por agressão física ou moral ao funcionário do Estado. Se por um lado, punir o uso de linguagem e atitudes ofensivas contra agentes estatais é medida capaz de fazer com que as pessoas se abstenham de usufruir do direito à liberdade de expressão, por temor a sanções penais; por outro lado, o caminho radicalmente oposto, o da despenalização absoluta, transformaria o ato de desacatar em uma rotina corriqueira indesejada para o convívio em sociedade e uma subversão da ordem jurídica na aplicação e cumprimento das ordens estatais emanadas.

Outro ponto que a CIDH sustenta, bem como o STJ e o MP, é o da força normativa do art. 13 em conjunto com o art. 29 da CADH, já ilustrados, que se ornamentam em defesa da invalidade do art. 331 do CP brasileiro. Todavia, o delito de desacato, abstratamente, não ataca diretamente a liberdade de expressão nem suas garantias, convicções contrárias tornariam a interpretação dos artigos acima citados deveras extensiva. Os avanços da democracia moderna são de fato contra a supressão de falas ou intimidação do indivíduo, porém a criminalização do desacato está posicionada além dos contornos do direito de opinião e manifestação crítica a atos e serviços ofertados pelo Estado; mais precisamente o delito em comento localiza-se dentro das condutas que exorbitam os limites da razoabilidade com que essa opinião e crítica são expostas, e agride a figura do Estado como conjunto dos cidadãos que nele se situam.

Isto posto, a incompatibilidade do delito de desacato com os ditames universais da CADH é na verdade um conflito aparente na medida em que o cerne do problema do delito em comento vislumbra-se menos pela vigência do tipo penal e mais pela maneira como as partes que o cercam interpretam e lançam mão desse

crime. Ou seja, o problema no Brasil é que os funcionários públicos e demais autoridades que identificam terem sofrido o crime de desacato, na verdade, trata-o como se fosse uma prerrogativa ou um direito de se fazer prevalecer frente o cidadão comum; deixa-se de visualizar o administrado como seu cliente ou a razão de ser daquele cargo que ocupa e, ao invés disso, arbitrariamente enxerga na figura do cidadão alguém que está atrapalhando o normal curso do trabalho dele.

Portanto, não é anacrônica a presença no ordenamento jurídico do crime de desacato, a questão está menos na existência do crime e na má utilização dessa tipificação. Consoante o Estado não possa renunciar do dever-poder de exigir que seus representantes sejam respeitados, o problema em si não está no regramento em desacatar, mas sim nas pessoas que o lançam mão. Na visão gerencial do Estado, diferente das visões patrimonialista e burocrática, o cidadão é visto como um cliente estatal, no qual há o reposicionamento da relação de administrado *versus* Administração para o de cidadão como causa precípua de existir e destinatário do bom desenvolvimento dos atos e serviços realizados pelo Estado.

Com a devida sensibilidade ao problema exposto, o agente público deveria pautar a aplicação da referida norma penal pelo bom senso e utilizar-se sempre do princípio da razoabilidade porquanto há uma linha tênue entre o direito de crítica e fiscalização dos atos da Administração Pública pela sociedade que a compõe e o dever de respeitar o funcionário público. Em contrapartida, na realidade fática, sob os indícios e relatos de haver o abuso de poder no uso dessa infração penal, visualiza-se uma possível solução, distinta da confeccionada pelo STJ, que tem a pretensão pela ponderação dos argumentos trazidos: deixar o desacato de ser ilícito penal e torná-lo ilícito civil, com pena exclusivamente de multa. Por esse disposto, a demanda social e o garantismo penal teriam seus maiores anseios acolhidos e, ao mesmo tempo, a desonra ao Estado e ao funcionário público poderiam ser objeto de sanção pecuniária proporcional à conduta do autor. Tanto a invalidade no ordenamento jurídico do crime de desacato perpetrada pelo STJ, quanto a sugestão pela transformação do desacato em ilícito civil, ambas se apresentam como forma garantista de instrumento de justiça e de segurança social.

## 6 CONCLUSÃO

Pelo que foi apresentado no presente trabalho, a partir do parecer favorável do MP e alinhado à CIDH, o Poder Judiciário, representado pelo STJ, decidiu pela invalidação do delito de desacato no ordenamento jurídico brasileiro. Embasou-se pelo disposto nos arts. 13 e 29 da CADH a partir de uma interpretação extensiva de controle de convencionalidade. Tal incompatibilidade aferida pelo judiciário denotou prevalência pelo reconhecimento político-criminal da centralidade do ser humano por sua liberdade de expressão frente ao Estado que deve tutelar esse direito individual, na medida em que a manutenção do crime em comento tem trazido à convivência social mais danos ao indivíduo do que bem-estar estatal.

A capacidade de o sistema sancionatório penal resolver o problema do contexto social do crime de desacato não se apresentou eficiente durante toda a sua validade, pois o cerne do conflito se mostrou presente pela dificuldade das pessoas responsáveis por imputar tal crime utilizarem-se do bem senso e da racionalidade. Diante desse cenário de abuso e arbitrariedade, o anseio social dispensado à figura do desacato é pela sua descriminalização. O Poder Judiciário assim se portou no analisado REsp de nº 1.640.084/SP e ao frear o poder punitivo do próprio Estado, estabeleceu esse novo paradigma de proteção ao cidadão através da invalidade do crime, por uma visão e interpretação claramente garantista.

O segundo item do artigo estruturou-se pela descrição do crime de desacato no CP e seus aspectos penais doutrinários. Para tanto, lançou-se sobretudo das ideias contidas no livro “Desacato” do autor Lélío Braga Calhau. No terceiro item, a sua essência foi mapear e discorrer sobre os argumentos favoráveis à manutenção do crime de desacato como válido no Brasil, eminentemente pela posição disposta no acórdão do TJSP em grau de apelação. Já no quarto item, foram trazidas as teses contrárias ao item anterior, defendidas pelo MP, STJ e CIDH, para a consecução da invalidação do delito na legislação brasileira. Por fim, o quinto item debruçou-se na busca por analisar lógico-dedutivamente os parâmetros e justificativas encontradas nos itens segundo e terceiro, com a finalidade de organizar juridicamente os contornos constatados pelos dois lados do debate e refletir sobre uma possível solução distinta da verificada pelo STJ com base na ponderação jurídico-penal do tema.

De certo que, a discussão não se encerra pela decisão perpetrada pelo STJ, pois o assunto ainda pode ser matéria de Recurso Extraordinário no STF devido seu caráter constitucional. À propósito, o artigo científico vislumbra a sugestão de estudos mais aprofundados sobre o comportamento do Poder Judiciário sobre toda a temática de invalidação a normas penais no ordenamento pátrio, não se limitando ao crime do desacato; a fim de ampliar as discussões sobre o tema e, sobretudo, entender e buscar uma segurança jurídica acerca do real significado dos preceitos constitucionais para a sociedade brasileira, sob o viés da constitucionalização eminente e inexorável do Código Penal brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código Penal (Decreto-lei nº: 2.848 de 07 de dezembro de 1940). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 10 jan. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 850.170/SP (2015/0032106-0). **Parecer**, do Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho. Brasília, DF, 30 de junho de 2016. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/parecer-desacato.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial** nº: 1.640.084/SP (2016/0032106-0), Relator Min. Ribeiro Dantas, da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/static\\_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/RECURSO%20ESPECIAL%20Nº%201640084.pdf](http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/RECURSO%20ESPECIAL%20Nº%201640084.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CALHAU, Lélío Braga. **Desacato**. Belo Horizonte: ed. Mandamentos, 2004. 112 p. (Ciências Criminais, 12). ISBN: 85-7604-056-5.

OEA. PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA. San José: Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça de São Paulo, da Comarca de São Vicente. Apelação Criminal nº único: 0000422-34.2012.8.26.0590. Relator: Luiz Toloza Neto. São Paulo, 12 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133709007/apelacao-apl-4223420128260590-sp-0000422-3420128260590/inteiro-teor-133709017>>. Acesso em: 10 jan. 2017.